

PE quer investigação sobre abusos de poder dos grandes supermercados na UE

O Presidente do Parlamento Europeu anunciou que foi aprovada uma declaração escrita, assinada por 439 eurodeputados, sobre a **necessidade de investigar e corrigir os abusos de poder dos grandes supermercados** instalados na União Europeia.

Carlos Coelho esteve na linha da frente desta iniciativa e foi dos primeiros a denunciar publicamente este possível abuso.

Parlamento Europeu "aprova" o Tratado de Lisboa

O Parlamento Europeu debateu e votou sobre o **Tratado de Lisboa**.

O PE "aprova o Tratado" e salienta a necessidade de todos os Estados-Membros o ratificarem **"a tempo da respectiva entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2009"**, a fim de permitir que os cidadãos votem nas eleições europeias de Junho desse ano **"no pleno conhecimento do novo quadro institucional da UE"**.

Timor-Leste: PE condena ataques e pede inquérito exaustivo

O PE aprovou uma resolução que condena **"energicamente"** os ataques perpetrados contra o presidente e o primeiro-ministro de Timor-Leste e pede a instauração de um inquérito "exaustivo" para averiguar o **"possível golpe de Estado e incapacidade do sistema de segurança"** do país.

Os eurodeputados querem ainda **enviar uma delegação parlamentar ao território para reavaliar a situação política**.

em destaque:

Sérgio Marques defende política de coesão reforçada e com mais meios

O PE congratula-se pela **"recuperação considerável registada nos antigos países da coesão"** – Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda – **"cuja taxa de crescimento foi, de facto, impressionante no período de 2000-2006"**. No entanto, no relatório aprovado os eurodeputados recordam que, **"não obstante o seu crescimento, persistem importantes desequilíbrios entre as suas regiões e problemas estruturais profundos por solucionar"**.

O Deputado do PSD Sérgio Marques participou neste debate e lembrou que **"a política de coesão continua a revelar-se essencial para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões mais desfavorecidas, ou seja, para produzirmos uma União Europeia mais harmoniosa, solidária e viável."**

No entanto **"é bom não esquecermos que a política de coesão tem contribuído decisivamente quer para a realização e aprofundamento do mercado interno, quer para o sucesso dos sucessivos alargamentos, quer para a criação e consolidação da moeda única, quer para uma crescente identificação dos cidadãos com a União Europeia"**.

Para Sérgio Marques **"a política de coesão (PC) tem agora que renovar o seu papel, enriquecida e reforçada pela nova dimensão da coesão territorial consagrada no Tratado de Lisboa"**. A Política de Coesão tem de **"enquadrar e responder aos desafios, como são aqueles representados pela globalização, migrações, envelhecimento demográfico, alterações climáticas, diversificação energética, investigação e desenvolvimento tecnológico. Daí ser coerente falar em meios acrescidos para uma política regional reforçada."**

A terminar o Deputado madeirense do PSD afirmou que **"uma perspectiva renovada para as regiões ultraperiféricas será necessária, de modo a garantir que estas possam continuar a sentir-se confortáveis no espaço europeu"**.

"Será imperioso encontrar novas respostas para problemas sérios, como o isolamento e o défice de acessibilidade e as desvantagens competitivas a que estas regiões têm de fazer face"

Rescaldo da Sessão Plenária de 18 a 21 de Fevereiro de 2008

➤ Abertura da sessão

A declaração unilateral de independência proclamada pelo parlamento do Kosovo *"espelha a vontade política dos seus cidadãos"*, disse o Presidente do PE na abertura da sessão plenária. No entanto, *"esta situação não pode ser um precedente"*, sublinhou Hans-Gert Pöttering, qualificando-a de *"caso único"* e apelando à *"calma"* dos sérvios e dos kosovares. *"Os povos daquela região têm uma perspectiva de adesão à UE"*, lembrou, o que *"pode levar o seu tempo"* a acontecer mas não pode ser esquecido.

O Presidente lembrou o relatório aprovado pelo Parlamento Europeu no ano passado sobre o futuro do Kosovo e o papel da UE, no qual os eurodeputados defendiam uma *"soberania supervisionada"* pela comunidade internacional.

"A solução no Kosovo não abrirá precedentes no Direito internacional", sublinhava o Parlamento Europeu, visto que o Kosovo tem estado sob controlo da ONU desde 1999 e a Resolução 1244 do Conselho de Segurança já continha disposições sobre a necessidade de resolver a questão do estatuto final do Kosovo. Os eurodeputados concluíam, portanto, que *"a situação em relação ao Kosovo não é, de modo algum, comparável à situação noutras regiões de conflito que não se encontram sob administração das Nações Unidas"*.

No documento, aprovado por 490 votos a favor, 80 contra e 87 abstenções, o PE salientava que, a longo prazo, há também que ter em conta o facto de a Sérvia e o Kosovo deverem tornar-se parte da UE, conjuntamente com os seus vizinhos, *"uma vez que o futuro dos Balcãs Ocidentais se encontra na União Europeia"*.

Votação sobre o Tratado de Lisboa mantém-se

Na abertura da sessão, o Grupo Independência/Democracia pediu que fosse adiada a votação sobre o relatório relativo ao Tratado de Lisboa, agendada para 20 de Fevereiro, visto não estar ainda disponível uma versão consolidada *"oficial"* do Tratado. A proposta de adiamento foi rejeitada por 220 votos contra, 24 a favor e 11 abstenções.

Instituições

➤ Estratégia de Lisboa e Orientações Gerais das Políticas Económicas 2008-2010

O PE deu o seu contributo para o Conselho Europeu de 13 e 14 de Março ao aprovar uma resolução sobre a Estratégia de Lisboa e um relatório sobre as Orientações Gerais das Políticas Económicas 2008-2010.

De acordo com o PE, *"a maior vantagem competitiva da Europa consiste em garantir o bom funcionamento do mercado interno, uma mão-de-obra altamente qualificada, uma economia social de mercado equilibrada e estabilidade democrática"*.

O PE solicita a adopção de medidas de luta contra o protecçãoismo, *"tanto no interior como no exterior da União Europeia"*, salienta que a Europa deve maximizar as suas potencialidades como *"trampolim"* para as empresas que entram nos mercados globais e como pólo de atracção para os investidores e realça que *"os países que se abriram à concorrência externa, aplicam reformas e perseguem o equilíbrio orçamental, bem como o investimento público e privado de alta qualidade, são os que registaram um maior crescimento e criaram mais emprego"*.

Para garantir o êxito da Agenda de Lisboa revista, é necessário *"alargar o crescimento da Europa e superar a procura interna insuficiente"*, afirmam os eurodeputados, *"o que deverá resultar dos aumentos de rendimento ligados aos aumentos da produtividade e do emprego"*.

Uma "quinta liberdade": a livre circulação do conhecimento

O PE refere as *"enormes possibilidades"* oferecidas à economia europeia pelo desenvolvimento e difusão de novas tecnologias e serviços que contribuirão para *"descarbonizar"* a economia mundial e acolhe favoravelmente a proposta da Comissão de definir uma *"quinta liberdade"* nesse contexto – a livre circulação do conhecimento – para completar as quatro liberdades de circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais, bem como para reunir os recursos da UE e dos Estados Membros em matéria de I&D, *"garantindo uma utilização mais eficaz dos mesmos"*.

Uma "acção coordenada" para aumentar a resiliência da economia da UE

O PE aprovou também um relatório sobre as Orientações Gerais das Políticas Económicas (OGPE), as quais constituem o principal instrumento da política económica da UE no âmbito da Estratégia global de Lisboa e um ponto de referência para os programas anuais de estabilidade e convergência.

Os eurodeputados solicitam que as orientações sejam *"melhoradas"* e uma *"acção coordenada"* para aumentar a resiliência da economia da UE, sublinhando que *"políticas económicas sãs contribuiriam para reforçar a confiança e reduzir a incerteza gerada pelas perturbações financeiras actuais"*.

"Os desequilíbrios crescentes, a procura agregada e a pressão inflacionista global poderão vir a transformar-se num desafio sério para a política monetária, tendo em conta a incerteza persistente nos mercados financeiros", afirma o PE no relatório.

O Parlamento Europeu considera *"preocupantes"* os níveis elevados da taxa de câmbio do euro, *"que prejudicam a competitividade da economia europeia e reduzem a margem de manobra da política monetária"*, defendendo a *"independência do Banco Central Europeu na definição da política monetária"* e salientando que *"a apreciação da taxa de câmbio do euro é o resultado de desequilíbrios crescentes nos países terceiros e da falta de procura interna na zona euro"*.

A existência de mercados financeiros bem integrados *"pode reforçar a eficácia da política monetária"*, nomeadamente na zona euro. Os eurodeputados propõem que sejam examinadas *"orientações específicas sobre os mercados financeiros"* associadas a uma melhor compreensão de uma eventual nova crise financeira e a uma transparência acrescida, responsabilidade e controlo dos investidores, dos mercados e das entidades reguladoras.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate sobre a Estratégia de Lisboa

José Albino **SILVA PENEDA** (PPE/DE): *"Em 2006, a União Europeia registou o maior crescimento económico desde 2000. Em 2007, a União Europeia cresceu mais do que os Estados Unidos e alguns novos Estados-Membros aproximaram-se, ou até ultrapassaram, a barreira dos dois dígitos. Para quem afirma que a revisão da Estratégia de Lisboa é neoliberal e deixou de dar importância às questões sociais, a resposta é clara: em 2006, o emprego cresceu três vezes mais do que a média registada nos cinco anos anteriores e, nos últimos dois anos, foram criados mais seis milhões e meio de novos empregos e prevêem-se criar mais cinco milhões, até 2009. É preciso ir à década de oitenta para encontrar valores parecidos."*

Mais, em 2006, a produtividade na Europa cresceu mais do que a média anual verificada nos cinco anos anteriores. E, pela primeira vez, há muitos anos, o crescimento da produtividade na Europa foi superior à dos Estados Unidos da América. Embora não possa afirmar que estes resultados são consequência exclusiva da Estratégia de Lisboa, também não se pode negar que ela não tenha contribuído para a sua obtenção. Felicito, assim, a Comissão, pela forma como tem coordenado a Estratégia de Lisboa em circunstâncias muito difíceis de implementação."

Uma palavra sobre o futuro: a economia europeia pode continuar a crescer e mais empregos poderão ser criados, apesar da actual conjuntura, se nos próximos anos melhorar a coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, se o mercado interno for mais aprofundado, se o diálogo social for promovido, se os aumentos salariais acompanharem o ritmo de crescimento da produtividade, se

existir um sistema de supervisão financeira eficaz, se a quinta liberdade – a do conhecimento – se fortalecer, e, muito importante para mim, se a União Europeia mostrar sinais evidentes de que quer defender os seus interesses, o que significa não ser um sujeito passivo do fenómeno da globalização, mas, pelo contrário, mostrar que está disposta a exercer um papel determinante no seu controlo".

Ilda **FIGUEIREDO**, em nome do Grupo CEUE/EVN: "A realidade confirma que, oito anos após a aprovação da Estratégia de Lisboa, se aprofundaram desigualdades sociais, se agravou a pobreza que atinge cerca de 78 milhões de pessoas, das quais 25 milhões são trabalhadores com baixos salários e também trabalho precário.

A maioria do emprego criado é precário e o trabalho a tempo parcial atinge especialmente as mulheres, que continuam a ser discriminadas no acesso ao emprego, na formação e progressão nas carreiras e a nível salarial. O desemprego juvenil atinge taxas duplas do desemprego total, incluindo muitos jovens com formação superior que não encontram emprego, e muito menos emprego que tenha em conta a sua formação, enquanto cerca de 6 milhões de jovens, continuam, anualmente, a sair prematuramente da escola, o que também compromete o seu futuro. Estas são consequências que eram previsíveis numa Estratégia que aprofundou a sua visão neoliberal com a revisão de 2005, que apontou como medidas prioritárias as liberalizações e privatizações de sectores estruturais e de serviços públicos e que insistiu na flexibilidade laboral.

Agora, a situação de pobreza e injustiça social pode ser agravada com a crise financeira iniciada nos Estados Unidos, com o preço elevado dos combustíveis fósseis e de alguns bens agrícolas essenciais para a alimentação. Por isso, é urgente alterar as políticas para prevenir as suas consequências na União Europeia, particularmente nas economias mais frágeis para evitar agravamentos da situação social.

Por isso, na resolução que apresentamos, insistimos na necessidade de substituir a dita Estratégia de Lisboa por uma Estratégia Europeia para a Solidariedade e o Desenvolvimento Sustentável, que rasgue novos horizontes para a Europa, horizontes de pleno emprego e sem discriminações, de empregos dignos com direitos, de melhores salários, de coesão económica e social e de adequada protecção e segurança social pública e universal, enfim, garantindo uma maior justiça social".

Elisa **FERREIRA** (PSE): "Com a chamada crise do subprime, muitos dos argumentos repetidos pelos políticos mais liberais caíram por terra. Afinal, os mercados não se auto-regulam, as perdas não afectam apenas os que, consciente e deliberadamente, participam em jogos sofisticados de alto risco e o bom comportamento da Europa não garante a sua imunidade às turbulências exteriores. Este é apenas um dos muitos exemplos que recomendamos, à semelhança do que o Grupo Socialista tem vindo a defender, que a Europa defina estratégias e instrumentos de política coerentes com os seus objectivos e com o papel que quer desempenhar no difícil contexto da economia globalizada.

No ano 2000 definimos um objectivo central através da Estratégia de Lisboa, entretanto revista. Esse objectivo continua válido, mas insuficientemente atingido. Pretendia-se que, daqui a dois anos, em 2010, a Europa fosse a zona mais competitiva do mundo, baseada numa economia do conhecimento, criadora de maior coesão social, mais e melhor trabalho. Hoje, os desafios são mais prementes e algumas conclusões são evidentes: primeiro, a convergência entre as grandes linhas orientadoras da política económica e a Estratégia de Lisboa terá de ser total; em segundo lugar, há que encontrar um equilíbrio entre a estabilidade das orientações de política e a capacidade de responder às rápidas alterações da envolvente, nomeadamente em matéria de clima, de energia, das evoluções dos mercados financeiros, da política comercial externa ou do papel das taxas de câmbio; em terceiro lugar, os objectivos de convergência social e espacial são hoje um dos maiores falhanços da Estratégia.

Por último, e em síntese, garantir a competitividade externa e articulá-la com a coesão interna requer instrumentos de intervenção mais eficazes. A efectiva coordenação das políticas económicas a favor do crescimento e do emprego é apenas um deles. Há que visitar as políticas sociais, de educação, de investimento, de investigação, de ciência, de tecnologia, à luz das novas realidades. Foi este o espírito dos contributos apresentados pelo Grupo Socialista que, espero, merecerão o acolhimento da Comissão e do Conselho. Precisamos, acima de tudo, os cidadãos esperam, que as promessas de progresso se materializem – só assim fará sentido e se alimentará a sua esperança e confiança no futuro da Europa".

Concorrência

➤ PE quer investigação sobre abusos de poder dos grandes supermercados na UE

O Presidente do Parlamento Europeu anunciou que foi aprovada uma declaração escrita, assinada por 439 eurodeputados, sobre a necessidade de investigar e corrigir os abusos de poder dos grandes supermercados instalados na União Europeia.

Na declaração escrita, os eurodeputados instam a Direcção-Geral da Concorrência a investigar o impacto que a concentração no sector dos supermercados tem nas pequenas empresas, nos fornecedores, nos trabalhadores e nos consumidores e a avaliar *"os abusos de poder de compra que podem decorrer dessa concentração"*.

Os parlamentares pedem à Comissão que proponha medidas adequadas, *"incluindo de carácter regulador"*, para proteger os consumidores, os trabalhadores e os produtores de qualquer abuso da posição dominante ou de consequências negativas constatadas durante essa investigação.

"Guardas" do mercado

No conjunto da UE, a venda a retalho está cada vez mais dominada por um número reduzido de cadeias de supermercados. De acordo com os eurodeputados, estes distribuidores convertem-se rapidamente em *"guardas"* do mercado, *"controlando o acesso efectivo dos agricultores e outros fornecedores aos consumidores da UE"*.

"Existem elementos de informação no conjunto da UE que parecem indicar que as grandes cadeias de supermercados abusam do seu poder de compra para pressionar os fornecedores (estabelecidos quer na UE quer no estrangeiro) a baixar os preços até níveis insustentáveis e para lhes impor condições injustas", afirmam.

A declaração assinada pelos deputados sublinha que *"tais pressões sobre os fornecedores têm efeitos negativos para a qualidade dos postos de trabalho e a protecção do meio ambiente"* e que *"os consumidores correm o risco de enfrentar uma possível perda da diversidade de produtos e do património cultural, bem como a diminuição do número de pontos de venda"*.

Alguns Estados da UE introduziram disposições nacionais para limitar tal abuso, mas *"os grandes supermercados operam cada vez mais a nível transnacional, o que torna conveniente uma legislação da UE harmonizada"*, concluem os eurodeputados.

Eurodeputados portugueses que assinaram a declaração escrita:

Francisco ASSIS (PSE)
Luís Manuel CAPOULAS SANTOS (PSE)
Paulo CASACA (PSE)
Carlos COELHO (PPE/DE)
Maria da Assunção ESTEVES (PPE/DE)
Edite ESTRELA (PSE)
Emanuel Jardim FERNANDES (PSE)
Elisa FERREIRA (PSE)
Ilda FIGUEIREDO (CEUE / EVN)
Armando FRANÇA (PSE)
Duarte FREITAS (PPE/DE)
Ana GOMES (PSE)
Pedro GUERREIRO (CEUE / EVN)
Jamila MADEIRA (PSE)
João de Deus PINHEIRO (PPE/DE)
José RIBEIRO E CASTRO (PPE/DE)

Conselho Europeu

➤ Eurodeputados rejeitam relatório sobre como prevenir radicalização do terrorismo

Os eurodeputados rejeitaram, por falta de consenso entre os grupos políticos, um relatório que continha uma proposta de recomendação ao Conselho referente aos factores que favorecem o apoio ao terrorismo e o recrutamento de terroristas. O termo "*radicalização*" utilizado no relatório referia-se à "*radicalização violenta orientada para actos terroristas*". O documento foi rejeitado em plenário por 241 votos a favor, 332 contra e 87 abstenções.

O relatório fazia referência ao conceito de "*aliança das civilizações*", expressão que não contava com um consenso entre os grupos políticos: "*A luta contra o terrorismo deve converter-se, sobretudo por meio de políticas externas construtivas baseadas no conceito das Nações Unidas de **aliança das civilizações** e da luta contra os factores susceptíveis de conduzir a uma radicalização violenta, num dos elementos essenciais da política externa da UE, incluindo a política de ajuda ao desenvolvimento e a política de vizinhança*", lia-se no documento.

Duas das alterações aprovadas em plenário antes da rejeição do relatório na sua globalidade afirmavam que, "*a par do incitamento ao terrorismo, a **glorificação do terrorismo** também pode contribuir para a radicalização violenta*", solicitando um debate aberto sobre a revisão da Decisão-Quadro relativa à luta contra o terrorismo (2002/475/JAI) "*com vista a incluir a glorificação do terrorismo no seu âmbito de aplicação, respeitando plenamente a liberdade de expressão e a liberdade de pensamento*".

O relatório foi apresentado em plenário pelo presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do PE, Gérard **DEPREZ** (ALDE, BE), depois do eurodeputado espanhol Jaime María **MAYOR OREJA** (PPE/DE), relator original, ter retirado o seu nome do documento na sequência da votação na comissão parlamentar.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Carlos **COELHO** (PPE/DE): "*Começo por reiterar que o combate sem tréguas ao terrorismo deve ser feito dentro da lei, no respeito pelo Estado de Direito e sem ferir os direitos fundamentais. Não sei se o terrorismo é, como diz o relatório, a principal ameaça que pesa sobre a segurança dos cidadãos na União, mas sou da opinião, já expressa pelo Presidente Gérard DEPREZ, que é seguramente uma das principais ameaças, e acho que desvalorizar essa ameaça não contribui nem para a combatermos com eficácia nem para aumentar a segurança dos nossos cidadãos. Votarei assim contra as emendas que o pretenderem fazer.*

O terrorismo não afecta apenas os cidadãos dos países que foram vítimas desses ataques, mas põe em risco a segurança de todos os outros, semeia o medo e ameaça pelo terror. O terrorismo é uma manifestação irracional de fanatismo que despreza o valor da vida e a dignidade da pessoa humana.

A União colocou – e bem, Comissário FRATTINI – no topo das suas prioridades o combate ao terrorismo. Precisamos de uma estratégia global que possa levar ao desmantelamento das redes terroristas. Essa estratégia deverá valorizar a vertente preventiva, incluindo a luta contra o recrutamento de terroristas e contra todos os factores que favoreçam a radicalização violenta.

É importante analisar e compreender as razões, as causas e os processos que conduzem à radicalização e ao terrorismo, designadamente de jovens que vivem nos nossos Estados-Membros, demonstrando que houve falhas nos processos de integração. Concordo que, no quadro da lei e do respeito pela liberdade de expressão, seja combatida a propaganda terrorista destinada a encorajar os actos terroristas.

Gostaria de terminar apoiando a opinião do Deputado MAYOR OREJA no sentido de que uma iniciativa europeia, sobretudo nesta matéria, não pode nem deve servir de palco para a promoção de estratégias eleitorais nacionais".

Gérard DEPRez (ALDE, BE)
Relator

Controlo Orçamental

➤ **"Cada instituição da UE deveria adoptar normas de deontologia para os seus membros"**

Num dos pontos do relatório sobre a transparência nas questões financeiras, o Parlamento Europeu chama a atenção para o facto de as instituições da UE adoptarem actualmente *"abordagens divergentes quanto à declaração de interesses financeiros dos seus membros"*, desde um registo público, como no PE, até à ausência, pura e simples, de declaração. O PE defende que *"cada instituição deveria adoptar normas de deontologia para os seus membros" em função da sua natureza específica.*

Apesar de considerar que *"não seria adequado criar um único órgão consultivo para todos os titulares de cargos públicos da UE, tendo em conta a situação específica dos deputados ao Parlamento Europeu, os quais são eleitos directamente pelos cidadãos"*, o PE defende, no entanto, que *"cada instituição deveria adoptar normas de deontologia para os seus membros" em função da natureza específica de cada instituição, "com base nas suas práticas vigentes, relativas a todos os interesses financeiros relevantes"*.

O Parlamento Europeu recomenda que as regras de ética profissional de cada instituição *"incluam igualmente, de modo geral, a responsabilidade política, financeira e jurídica dos seus membros"* e considera ser indispensável *"a divulgação dos nomes dos representantes de interesses que se encontrem com os Comissários a título individual"*.

A Comissão Europeia já encomendou a elaboração de um estudo, relacionado com a sua Iniciativa Europeia em matéria de Transparência, sobre as normas de deontologia profissional aplicáveis aos titulares de cargos públicos nas instituições europeias e nos parlamentos nacionais, nos governos nacionais, nos tribunais constitucionais (tribunais supremos), tribunais de contas e bancos centrais ou nacionais dos 27 Estados-Membros da UE. Relativamente às instituições europeias, tal estudo procederá ao exame e à comparação das normas de deontologia na Comissão Europeia, no PE, no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, no Banco Central Europeu e no Banco Europeu de Investimento.

Os eurodeputados solicitam ainda à Comissão Europeia que tenha em conta as observações expressas na resolução aprovada em plenário e introduza um *"sistema plenamente operacional de informação destinado ao público em geral sobre todos os beneficiários de subvenções da UE"* e as recuperações pendentes antes das próximas eleições europeias de 2009.

José Javier POMÉS RUIZ (PPE/DE, ES)
Relator
Processo: relatório de iniciativa

➤ **Luta contra a fraude na UE: "deve ser auditado um maior número de projectos"**

No relatório sobre a protecção dos interesses financeiros das Comunidades, o PE assinala que o montante ferido de irregularidade a nível das acções estruturais aumentou 17% de 2005 para 2006. Nesse ano, a Itália, a Espanha, o Reino Unido, Portugal e a Alemanha encontram-se na

origem de "cerca de 85% do montante ferido de irregularidade" (438,1 milhões de euros) no quadro dos Fundos Estruturais.

O relatório da Comissão do Controlo Orçamental do PE refere que, *"no caso das acções estruturais, 84% das irregularidades foram registadas em Itália (228,2 milhões de euros), Espanha (85,7 milhões de euros), Reino Unido (59,8 milhões de euros), Portugal (37,2 milhões de euros) e Alemanha (27,2 milhões de euros)"*.

O montante ferido de irregularidade a nível das acções estruturais aumentou de 601 milhões de euros, em 2005, para 703 milhões de euros, em 2006 (Fundos Estruturais, 517 milhões de euros, Fundo de Coesão, 186 milhões de euros).

As irregularidades relacionaram-se sobretudo (75%) com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE). *"Frequentemente os beneficiários facturaram despesas não elegíveis"*, afirma o relatório, revelando que *"os factos foram descobertos através do controlo dos documentos"*.

Os eurodeputados lamentam que, *"dos 95 projectos financiados pelos Fundos Estruturais e auditados durante o período de financiamento em curso, 60 sejam afectados por erros materiais das despesas declaradas dos projectos, o que representa um aumento do número de irregularidades em relação ao ano precedente"*, e defendem que *"deve ser auditado um maior número de projectos, para que as conclusões obtidas permitam formular recomendações claras com vista a melhorar a gestão financeira"*.

Publicação dos nomes das empresas e das pessoas que tenham lesado a Comunidade

O OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude) recebeu 802 novas notificações em 2005 e 826 em 2006. No final desse ano, o impacto financeiro de todos os casos em curso e dos casos concluídos ascendia a 7.400 milhões de euros. Os sectores mais afectados foram o dos Fundos Estruturais (1.606,7 milhões de euros), o dos cigarros (1.320,1 milhões de euros), o sector aduaneiro (989,8 milhões de euros) e o do IVA (727,8 milhões de euros).

O PE solicita à Comissão Europeia que *"elabore a base jurídica apropriada para a publicação dos nomes das empresas e das pessoas que tenham lesado a Comunidade"*.

Pôr cobro à importação fraudulenta de televisores e cigarros

No caso dos recursos próprios, o montante ferido de irregularidade aumentou 7%, de 328 milhões de euros em 2005 para 353 milhões de euros em 2006. Os produtos mais especificamente associados a irregularidades foram os televisores (2005: 69 milhões de euros, 2006: 62,3 milhões de euros) e os cigarros (2005: 30,9 milhões de euros, 2006: 27,6 milhões de euros). Em Itália e nos Países Baixos o número de casos aumentou significativamente, 122% e 81%, respectivamente.

Os eurodeputados solicitam à Comissão Europeia que indique *"que medidas tenciona tomar para pôr cobro à importação fraudulenta de televisores e cigarros e às contrafacções em geral"*, assinalando com satisfação, neste contexto, que o OLAF conseguiu criar uma antena na China.

No âmbito do relatório anual sobre a protecção dos interesses financeiros das Comunidades relativo a 2007, que será publicado em Julho deste ano, os parlamentares exortam o executivo comunitário a comunicar as iniciativas e medidas tomadas em relação às consequências do acordo Comunidade-Estados-Membros/Philip Morris sobre a intensificação do combate à fraude e ao contrabando de cigarros.

No caso das despesas agrícolas, o montante ferido de irregularidade regrediu de 2005 para 2006, de 105 milhões de euros para 87 milhões de euros. A Espanha, a França e a Itália foram responsáveis por 57,2% das irregularidades, correspondentes a 64,9 milhões de euros. Os sectores mais afectados foram o do desenvolvimento rural, o da carne de bovino e de vitela, assim como o das frutas e produtos hortícolas.

Francesco MUSOTTO (PPE/DE, IT)

Tratados

➤ Parlamento Europeu "aprova" o Tratado de Lisboa

No dia 20 de Fevereiro, O Parlamento Europeu debateu e votou sobre o Tratado de Lisboa. O PE "aprova o Tratado" e salienta a necessidade de todos os Estados-Membros o ratificarem "a tempo da respectiva entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2009", a fim de permitir que os cidadãos votem nas eleições europeias de Junho desse ano "no pleno conhecimento do novo quadro institucional da UE". O relatório sobre o Tratado foi aprovado em plenário por 525 votos a favor, 115 contra e 29 abstenções.

De acordo com o Parlamento Europeu, "o Tratado de Lisboa representa uma melhoria substancial dos actuais Tratados, que implicará mais responsabilidade democrática para a União e reforçará o seu processo decisório (através do reforço dos papéis do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais), reforçará os direitos dos cidadãos europeus face à União e melhorará a eficácia do funcionamento das Instituições da União".

"É necessário que o Tratado de Lisboa seja ratificado por todos os Estados-Membros até finais de 2008, a fim de permitir que os cidadãos votem nas eleições de 2009 no pleno conhecimento do novo quadro institucional da UE", salientam os eurodeputados.

Visto que o novo Tratado altera os Tratados em vigor, que continuarão a existir tal como modificados, e não tem a pretensão de anular e substituir na íntegra os Tratados actuais, as regras relativas à sua entrada em vigor são as regras habituais que presidem à entrada em vigor de novos Tratados. Deste modo, o próprio Tratado de Lisboa prevê (n.º 2 do artigo 6.º), que entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 2009, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, na falta desse depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao do depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceder a esta formalidade em último lugar. O Protocolo (n.º 10) relativo às disposições transitórias prevê os eventuais ajustamentos necessários durante o período de transição.

Mais responsabilidade democrática

Segundo o PE, o reforço da responsabilidade democrática e dos poderes decisórios "permitirá aos cidadãos o exercício de um maior controlo da acção da União".

Toda a legislação europeia será sujeita, com algumas excepções, à "dupla aprovação, em termos de igualdade", do Conselho (composto por ministros nacionais que respondem perante os respectivos parlamentos) e do Parlamento Europeu (composto por eurodeputados directamente eleitos).

O controlo prévio por parte dos parlamentos nacionais de toda a legislação da UE "será reforçado", na medida em que aqueles receberão todas as propostas legislativas europeias a tempo de as poderem debater com os seus ministros, antes de o Conselho adoptar uma posição, assistindo também aos parlamentos o direito de requerer a reapreciação de uma proposta, caso considerem que a mesma não respeita o princípio da subsidiariedade.

O Presidente da Comissão Europeia será eleito pelo Parlamento Europeu, sob proposta do Conselho Europeu, tendo em conta os resultados das eleições para o PE.

Reforço dos direitos dos cidadãos

Os eurodeputados congratulam-se com o facto de os "direitos dos cidadãos serem reforçados": a Carta dos Direitos Fundamentais da UE tornar-se-á juridicamente vinculativa, "garantindo que todas as disposições da legislação da UE e todas as acções tomadas pelas Instituições da UE ou assentes em legislação da UE sejam consentâneas com aquelas normas".

Outra das melhorias assinaladas diz respeito à introdução de uma iniciativa de cidadãos da UE, que

lhes permitirá apresentarem propostas sobre questões relativamente às quais considerem *"necessário um acto jurídico da União"*.

A protecção judicial dos cidadãos é também reforçada, uma vez que a jurisdição do Tribunal de Justiça da UE será extensível às matérias que se inscrevem nos domínios da liberdade, segurança e justiça, bem como a, entre outros, *"actos do Banco Central Europeu"*.

O Tratado de Lisboa dá ainda *"uma maior ênfase às políticas que beneficiam visivelmente os cidadãos"*: novas disposições de aplicação geral relativas à promoção de um elevado nível de emprego, à garantia de adequada protecção social, ao combate à exclusão social, a um elevado nível de educação, formação e saúde, à eliminação de todos os tipos de discriminação e à promoção da igualdade entre mulheres e homens; novas disposições reforçam a promoção do desenvolvimento sustentável e a protecção do ambiente, incluindo a luta contra as alterações climáticas e o respeito dos serviços de interesse geral; a coesão económica e social e a coesão territorial são reafirmadas como sendo um objectivo da União.

"A União não se transformará num super-Estado"

"Para evitar quaisquer dúvidas", o Tratado de Lisboa dá *"garantias suficientes de que a União não se transformará num super-Estado onipotente centralizado"*, conclui o Parlamento Europeu: é confirmada a *"especificidade"* da organização institucional da UE e a obrigação de *"respeitar as identidades nacionais dos Estados-Membros"*.

Para além disso, é reconhecido *"o direito de qualquer Estado-Membro a abandonar a União, se assim o entender"*.

Maior eficácia

O novo Tratado reforça a *"capacidade das Instituições da União para levarem a cabo as suas missões com maior eficácia"*, graças ao aumento significativo do número de matérias sobre as quais os governos, no seio do Conselho, deliberarão por maioria qualificada e não por unanimidade, o que permitirá à União de 27 Estados-Membros *"funcionar em mais áreas sem ser bloqueada pelo veto"*.

O Presidente do Conselho Europeu, eleito por um período de dois anos e meio, permitirá, segundo o PE, uma *"maior coerência na preparação e na continuidade do trabalho"*, substituindo as actuais presidências rotativas de seis meses.

Uma *"maior coerência na acção externa da União"* ficará, por seu lado, assegurada com a criação do cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que será também Vice-Presidente da Comissão. No acto de investidura e no exercício das suas funções, o Alto Representante, enquanto Vice-Presidente da Comissão, *"subordinar-se-á às regras como qualquer outro Comissário"*, esclarece o PE.

O Parlamento refere ainda que são *"definidos com maior clareza"* os objectivos e competências da UE nos domínios das alterações climáticas, dos direitos das crianças, da Política Europeia de Vizinhança, da ajuda humanitária, da energia (incluindo uma referência, no Tratado, à solidariedade entre os Estados-Membros neste domínio), do espaço, investigação, turismo, desporto, saúde pública e protecção civil.

Preocupações

O PE manifesta, no entanto, uma certa *"decepção"* pela incorporação no Tratado de medidas específicas relativamente a determinados Estados-Membros, tais como *"o alargamento do regime de opt-in (inclusão) à cooperação em matéria policial e penal no caso de dois Estados-Membros, o protocolo que limita o efeito da Carta no direito nacional de dois Estados-Membros e o mandato parlamentar suplementar atribuído a um Estado-Membro em derrogação do princípio da proporcionalidade degressiva"*.

O relatório nota também que, na sequência dos resultados dos referendos em França e nos Países Baixos e a fim de assegurar um novo acordo entre os 27 Estados-Membros, foi necessário *"abandonar a abordagem constitucional"* e *"algumas das suas características"*, como, por exemplo, um texto único e estruturado e a consagração da bandeira e do hino no Tratado.

"Um Tratado reformador é inevitavelmente menos claro e legível do que um Tratado codificado", reconhecem os eurodeputados, solicitando a imediata publicação de uma versão consolidada, "o que facultará aos cidadãos um texto de base da União mais claro".

Os eurodeputados pedem que as Instituições da UE e as autoridades nacionais informem os cidadãos europeus *"mais clara e objectivamente sobre o conteúdo do Tratado"* de Lisboa.

O que traz o Tratado de Lisboa para o Parlamento Europeu?

O Tratado de Lisboa reforça de forma significativa o papel do Parlamento Europeu, única Instituição europeia directamente eleita pelos cidadãos:

- o seu papel de co-legislador é plenamente reconhecido, não só mediante a generalização da actual co-decisão, que se elevou à posição de processo legislativo ordinário, mas também mediante o reforço da sua participação nos processos legislativos especiais. Doravante, os cidadãos poderão ver claramente que os actos legislativos europeus são adoptados pela câmara que os representa, bem como pela câmara que representa os Estados; paralelamente, no domínio dos acordos internacionais, a sua aprovação torna-se também uma regra geral;

- adquire um direito de iniciativa de revisão dos Tratados e participa no processo através da sua participação na Convenção, à qual incumbe preparar a revisão (o Conselho só pode decidir não convocar a referida Convenção com a aprovação do Parlamento);

- as suas competências em matéria orçamental, que partilha em condições de igualdade com o Conselho, são alargadas à totalidade das despesas da União;

- as suas funções de controlo político são aprofundadas, nomeadamente através da eleição do Presidente da Comissão;

- diversas decisões de grande importância na vida da União, até hoje da responsabilidade exclusiva do Conselho, passam a ser submetidas à aprovação do Parlamento: a decisão de lançar uma cooperação reforçada; a utilização da cláusula de flexibilidade, que permite à União tomar medidas não previstas nos Tratados para atingir os fins que estes prescrevem; a decisão relativa à utilização das "cláusulas-ponte" gerais de passagem da unanimidade à maioria qualificada ou de processos legislativos especiais ao processo legislativo ordinário; certas decisões que permitem alargar o âmbito de aplicação de bases jurídicas previstas nos Tratados, como as que se referem à Procuradoria Europeia ou à cooperação judiciária em matéria penal;

- mesmo no sector da política externa e de segurança comum, em que não tem poderes de decisão, o Parlamento Europeu adquire o direito geral a ser informado e consultado.

Em conclusão, pode dizer-se que o Parlamento Europeu se torna um *"co-decisor"* em quase todos os domínios da política da União. Para os relatores do PE, Richard **CORBETT** (PSE, UK) e Íñigo **MÉNDEZ DE VIGO** (PPE/DE, ES), *"trata-se, efectivamente, de concretizar a dupla legitimidade da União enquanto União de Estados e de cidadãos, que se encontra na base da construção europeia"*.

Debate que antecedeu a votação

Intervenção dos co-relatores

O co-relator Richard **CORBETT** (PSE, UK) enumerou as *"vantagens"* do Tratado de Lisboa, que traz um *"aumento extraordinário"* da democracia aos cidadãos, através da Carta dos Direitos Fundamentais, da racionalização da CE, da fusão dos cargos a nível externo e de outras medidas que *"tornarão a maquinaria da União mais eficaz"*. *"O teste agora é ter 27 "sim" e zero "não". "É uma fasquia muito alta"*, afirmou.

Para Íñigo **MÉNDEZ DE VIGO** (PPE/DE, ES), esta constitui *"uma situação única"*. Depois de enunciadas as vantagens do Tratado de Lisboa, *"queria acrescentar que o Tratado de Lisboa não é o Tratado Constitucional, apesar do essencial estar nele inscrito"*. *"Permitirá que a UE seja mais democrática e mais eficaz e representa um valor acrescentado para os cidadãos. Nós, PE, somos os*

representantes dos europeus" e a UE *"tem que falar a uma só voz no mundo em questões como o Kosovo, as alterações climáticas ou a imigração"*, salientou ainda.

Intervenção dos grupos políticos

Para Joseph **DAUL** (PPE/DE, FR), este *"processo é extremamente importante para o relançamento da democracia europeia"*. *"Cinco Estados já ratificaram o Tratado e a Polónia vai começar. Depois de anos de bloqueio, a UE tem mais democracia, mais influência. É o regresso da política à Europa"*, afirmou. O deputado defendeu que *"a UE tem que ter meios para se afirmar como um actor-chave para com os seus parceiros no mundo"*. Por isso, lançou o apelo para que, a exemplo de países como a Hungria, a Roménia ou a França, os Estados-Membros *"aprovem rapidamente o Tratado para que este entre rapidamente em vigor"*.

Martin **SCHULZ** (PSE, DE) realçou o *"dia de hoje"*, em que o PE está a manifestar-se em relação a um *"momento essencial da construção europeia"*. Para que precisamos deste Tratado? Estamos a seguir o caminho adequado através do lema *"A União faz a força"*, salientou. *"Para a garantia dos direitos humanos em todo o mundo, nós, socialistas, queremos este Tratado. Aprovamos este Tratado como a via adequada"* para esse caminho, destacou.

Para Andrew **DUFF** (ALDE, UK), os cidadãos europeus *"querem ver o fim das querelas intermináveis sobre a forma de governo que pode haver na UE"*. *"Temos que nos concentrar na política que sai de Bruxelas e de Estrasburgo. Quando entrar em vigor, o Tratado trará as reformas necessárias e desejáveis dos poderes e procedimentos"*, salientou. E deixou a crítica: *"Há, nesta câmara, quem preferisse voltar ao Tratado de Nice e regressar ao século XIX. Estas pessoas são do Partido Conservador britânico, que não tem conseguido dar uma solução aos problemas comuns que todos nós temos que enfrentar"*.

Já o deputado irlandês Brian **CROWLEY** (UEN) salientou as vantagens do Tratado de Lisboa, que *"fará com que a economia europeia seja mais segura, o que terá como consequência evitar mais atrasos por parte da UE"*, benefícios *"óbvios"* que os irlandeses terão de compreender. E deixou a garantia: *"O referendo irlandês terá, com certeza, um voto favorável. As pessoas têm visto um desenvolvimento económico sem precedentes e com a paz tudo mudou para muito melhor"*.

Para Johannes **VOGGENHUBER** (Verdes/ALE, AT), *"oito anos, duas convenções, três CIG, dois projectos de Tratado"* foram necessários para chegar a um resultado que lança o fundamento da *"primeira democracia supranacional da história"*. Para o deputado, *"com todas estas alterações em pacotes, assistimos a uma perda de espírito europeu e sem criação de igualdade não podemos ganhar os cidadãos"*. Como pontos positivos, destacou o papel dos cidadãos como *"soberanos da UE"*: *"Este é o papel futuro deste PE, transformar esta numa União de cidadãos e não de Estados"*.

Mary Lou **McDONALD** (CEUE/EVN, IE) criticou a existência de *"medo"* na realização de referendos noutros países além da Irlanda. *"Quem tem medo da voz do povo?"*, questionou. *"Nesta assembleia falamos a linguagem da paz, mas há mais despesas na indústria do armamento. Felicitamo-nos por sermos doadores e ao mesmo tempo fazemos acordos que obrigam os países pobres a fazerem esforços"*, afirmou.

Nigel **FARAGE** (IND/DEM, UK) acusou, por seu lado, o PE de, com este debate, estar a preparar *"um pacote de mentiras"*. *"Todos sabemos a verdade: o Tratado de Lisboa é o mesmo que a Constituição"*, afirmou. E apontou o dedo àqueles que criticam os que não querem o Tratado: *"dizem que todos os que não o querem se comportam como uns nazis nos anos 30. Os cidadãos comuns irão distinguir o trigo do joio e ver quem são os extremistas. Para que finalmente se faça eco dos povos da Europa"*.

Jim **ALLISTER** (NI, UK) rejeitou liminarmente este relatório, bem como o Tratado que os povos holandeses e francês já recusaram. *"Na sua arrogância, a elite política europeia tem medo de uma rejeição das pessoas. É uma conspiração intergovernamental para fazer passar esta Constituição sem ouvir os cidadãos. É uma arrogância e uma transferência dos direitos nacionais para Bruxelas"*, criticou.

Intervenção de eurodeputados portugueses

Edite **ESTRELA** (PSE): *"Felcito os relatores Richard CORBETT e MÉNDEZ DE VIGO pelo excelente trabalho e pelo bom exemplo de cooperação. A Presidência portuguesa teve a missão histórica de*

transformar um mandato num Tratado, o Tratado de Lisboa, que o parlamento português vai ratificar no próximo mês de Abril. O novo Tratado não é o remédio para todos os males da União Europeia, mas representa uma mais-valia para a democracia. O Parlamento Europeu ganha mais poderes e os parlamentos nacionais também, mas a democracia participativa é também reforçada – designadamente através do direito de iniciativa que permite a um milhão de cidadãos solicitar à Comissão que tome uma iniciativa legislativa num domínio específico – e a Carta dos Direitos Fundamentais é agora juridicamente vinculativa.

A União Europeia não é perfeita, mas o seu papel no mundo é insubstituível. Precisamos de uma Europa mais presente e influente na resolução dos problemas mundiais, tais como as alterações climáticas, a segurança alimentar, a política energética, o terrorismo internacional, o crime organizado, a imigração, etc.

Agora é urgente que cada um dos 27 Estados-Membros que, no passado dia 13 de Dezembro assinaram o Tratado de Lisboa, proceda à sua ratificação. Esta é uma etapa decisiva para termos uma Europa mais eficiente na tomada de decisão, mais próxima dos cidadãos, mais apta a responder aos desafios da globalização, mais eficaz nas relações externas. Que cada um assuma as suas responsabilidades porque o mundo não pára.

Enquanto a Europa prolongou a sua pausa de reflexão e gastou energias na busca de uma saída para os seus problemas institucionais, as economias emergentes continuaram a crescer, os conflitos armados alargaram-se, as alterações climáticas evidenciaram-se, os problemas energéticos agudizaram-se, muitas pessoas morreram por falta de alimentos e de assistência médica. Apesar dos ultranacionalismos e dos eurocépticos, a Europa não pode – nem vai – parar".

Assunção **ESTEVES** (PPE/DE): *"Lisboa e Roma são lugares de partida para uma humanidade sem fronteiras. O sonho de uma justiça global e de um direito cosmopolita entranha a história da União Europeia. É a história da vontade moral que se instalou nas instituições e transformou os velhos paradigmas da política. A partilha como método, a razão como critério, a dignidade humana como fim, a soberania dos direitos, em vez da soberania das fronteiras, tudo isso que fez da Europa a pátria do Iluminismo.*

Nesta marcha para uma democracia de larga escala, o Tratado de Lisboa reconciliou o Parlamento Europeu com a sua natureza de parlamento, quebrou a hegemonia legislativa da Europa dos Governos, fez surgir novas figuras de liderança para mais competição, mais política e menos burocracia. É verdade que a Constituição Europeia, com o seu potencial de unidade e coesão, ficou adiada, mas uma Europa pós-nacional está já a nascer. Sem dúvida, Babel construirá a sua torre".

Luís **QUEIRÓ** (PPE/DE): *"A ideia que me parece essencial relevar neste momento é a importância e o significado dos sinais em política, e nós temos o dever de enviar aos cidadãos os sinais correctos. Mais do que continuar neste parlamento o debate sobre as diferenças entre o Tratado Constitucional e o Tratado de Lisboa ou sobre como é que os Estados-Membros devem proceder à sua ratificação, não será antes o tempo de falarmos do que faremos após o Tratado entrar em vigor, como esperamos? É que foi isso que dissemos aos nossos cidadãos, que era necessária uma reforma institucional para apresentar mais e melhores resultados. Pois bem, a reforma aí está.*

Estará a Europa, dentro de um ano, mais bem preparada para fazer face à globalização, à dependência energética, à crise demográfica, ao terrorismo, à instabilidade financeira, à mutação dos empregos? Tem de estar. Estará o Parlamento Europeu mais enérgico para colaborar activamente na aprovação dessas reformas? Também tem de estar.

É esse o sinal correcto que deve sair daqui hoje. Não façamos como no provérbio chinês, em que, quando o sábio aponta o céu, ficamos a olhar para o dedo. Olhemos para o nosso futuro e aceitemos o dever de o construir".

Richard CORBETT (PSE, UK)

Relator

Íñigo MÉNDEZ DE VIGO (PPE/DE, ES)

Relator

Processo: relatório de iniciativa

➤ **Kosovo: um futuro membro da UE?**

O Kosovo declarou unilateralmente a sua independência a 17 de Fevereiro. No dia 20, o Parlamento Europeu debateu em sessão plenária a situação desta ex-província da Sérvia e o reconhecimento deste novo país pela maioria dos Estados-Membros da UE. No ar, ficou a perspectiva de integração do Kosovo na UE.

A abrir o debate, em nome da Presidência do Conselho, o ministro esloveno dos Negócios Estrangeiros, Dimitrij **RUPEL**, lembrou que a UE não pode reconhecer o Kosovo, terá de ser cada Estado-Membro a fazê-lo, mas reconheceu que é ambição da UE ajudar o Kosovo independente para que um dia possa integrar a UE.

Sem nunca esquecer a Sérvia, RUPEL recordou que a UE também está disponível para a acolher como membro da União. *"A UE precisa da Sérvia e a Sérvia precisa da UE"*, disse, e recorreu ao facto de 2008 ser o Ano Europeu do Diálogo Intercultural para apelar ao diálogo entre as autoridades kosovares e sérvias.

"O diálogo intercultural não é um cliché. Se as negociações estão acabadas, o diálogo não está. Os tempos vindouros têm de ser de franco diálogo entre os sérvios e os albaneses do Kosovo, entre a Sérvia e o Kosovo, entre a Sérvia e a UE".

Recordando que algum dia tem de terminar definitivamente a crise deixada pelo desmembramento da Jugoslávia, Dimitrij RUPEL deixou um apelo: *"Vamos abrir as portas e janelas da UE aos Balcãs Ocidentais e ao Kosovo"*.

Tendo em conta os focos de violência gerados em Belgrado após a declaração de independência pelo Kosovo, Olli **REHN**, comissário europeu responsável pelo Alargamento, pediu aos "líderes da região para que se mantenham calmos, pois a estabilidade dos Balcãs é essencial". *"Eu sei que o Kosovo é de importância histórica para o povo sérvio, contudo, chegou a hora de virar a página"*.

"O caminho reformista e de paz tem de ser o trilha a percorrer pelos países desta região. Vamos trabalhar de mãos dadas para o Kosovo se aguentar nas próprias pernas", afirmou, adiantando que a Comissão vai fazer todos os esforços de modo a contribuir para o desenvolvimento económico do Kosovo.

Intervenção dos grupos políticos

Doris **PACK** (PPE/DE, DE) disse que *"a independência era inadiável"* e parafraseou Winston Churchill para afirmar que *"esta é a pior solução, excluindo todas as outras"*. O passado Domingo foi para PACK um dia de emoções dúbias: *"Acompanhei Pristina a sorrir e a chorar. A sorrir porque esta era a única forma de sair deste impasse, a chorar porque vai necessariamente haver problemas"*.

Jan Marinus **WIERSMA** (PSE, NL) realçou a *"situação complexa"* criada pela declaração unilateral da independência por parte do Kosovo mas recordou que todos os Estados-Membros da UE são *"responsáveis pela estabilidade"* do território e que deve ser apoiada a pretensão deste em tornar-se membro da UE. Apesar de ter assistido ao discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, o eurodeputado preferiu realçar as palavras do governo sérvio ao assegurar que não vai recorrer à violência.

Annemie **NEYTS-UYTTEBROECK** (ALDE, BE) apelou à *"compreensão por parte dos sérvios"*. *"A Sérvia já disse que não vai fazer uso de violência, ameaças ou chantagem, mas temos de estar atentos ao futuro"*. Até agora a UE contribuiu com 3 mil milhões de euros para o Kosovo, lembrou, acrescentando que será preciso injectar mais verbas nos próximos tempos.

Konrad **SZYMAŃSKI** (UEN, PL) considera que o Kosovo é como uma *"casa"* e *"temos de assegurar que se aguenta contra ventos fortes"*. Segundo o eurodeputado, há o risco de continuar a haver conflitos étnicos e *"não pode haver retrocessos a períodos anteriores da História"*. A UE deve permitir ao Kosovo crescer e manter a estabilidade na região.

Joost **LAGENDIJK** (Verdes/ALE, NL) relatou a sua presença em Pristina no último Domingo para constatar que o que se passou foi *"uma consequência inevitável dos acontecimentos de 1999"*, quando milhares de kosovares foram mortos apesar da presença das tropas da ONU. Agora, o importante é que, com a ajuda europeia, *"os kosovares consigam levar a sua economia a bom porto" na certeza de que a "adesão do Kosovo é inevitável"*.

Para Francis **WURTZ** (CEUE/EVN, FR) os Estados-Membros que reconheceram o Kosovo puseram em causa a credibilidade do direito internacional *"ao apoiarem a declaração unilateral de independência de uma província face a um Estado"*. O eurodeputado considera que se está a caminhar na direcção de um protectorado sob a égide da UE quando *"nada de satisfatório saiu do protectorado que está a acabar"*. *"O PIB do Kosovo é igual ao do Ruanda, há 200 mil deslocados, o desemprego é alucinante..."*, enumerou.

Bastiaan **BELDER** (IND/DEM, NL) realçou as complicadas tensões que se vivem na região e defendeu que a principal luta que a UE tem de travar é contra a feroz criminalidade organizada. *"Só depois de encontrarmos uma solução para esta verdadeira máfia podemos aceitar que o Kosovo um dia pertença à UE"*, disse.

Slavi **BINEV** (NI, BU) é categoricamente contra a independência do Kosovo: *"É uma secessão ilegítima feita por desordeiros e bandidos organizados"*, afirmou, apelando à UE para que *"não aceite a independência do Kosovo e espere por uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas"*.

➤ **PE aprova resolução sobre a situação na Faixa de Gaza**

Na resolução sobre a situação na Faixa de Gaza, os eurodeputados reiteram o seu apelo ao cessar imediato de todos os actos de violência, solicitam a Israel que cesse as acções militares que matam e põem em perigo a vida de civis, assim como as execuções extrajudiciais com alvos específicos, e solicitam ao Hamas que, na sequência da tomada ilegal do poder na Faixa de Gaza, impeça o lançamento de morteiros pelas milícias palestinianas a partir de Gaza para o território palestiniano.

"A política de isolamento da Faixa de Gaza fracassou, tanto a nível político, como humanitário", afirma o Parlamento Europeu, reiterando o seu apelo a todas as partes para que respeitem plenamente o direito internacional e, em particular, o direito humanitário internacional.

O PE insta o Governo egípcio a continuar a desempenhar um papel de manutenção da paz e da estabilidade na zona, solicita a Israel que garanta a circulação de pessoas e bens em Rafah, Karni e outros locais de passagem e pede a reactivação da Missão de Assistência Fronteiriça da UE em Rafah.

Os eurodeputados manifestam sérias preocupações relativamente ao anúncio, por parte de Israel, de reduções progressivas de 5% por semana dos fornecimentos de energia eléctrica à Faixa de Gaza, *"uma atitude que é incompatível com os requisitos humanitários mínimos"*.

O Parlamento Europeu recorda às partes os compromissos assumidos em Annapolis de efectuar negociações de boa fé, a fim de concluir um tratado de paz que resolva todas as questões pendentes, incluindo todas as questões fulcrais, **"sem excepção"**, tal como definido em anteriores acordos, até finais deste ano.

➤ **PE defende o fomento da cooperação científica e tecnológica com África**

O Parlamento Europeu solicitou aos Estados-Membros que fomentem a cooperação científica e tecnológica com África, "a qual rapidamente garante uma difusão genuína e generalizada do conhecimento e da tecnologia nos próprios países africanos". Na resolução aprovada em

plenário no dia 21 de Fevereiro, os eurodeputados sublinham também a necessidade de aumentar a participação dos cientistas africanos em projectos internacionais.

O PE exorta, em particular, a União Europeia a dar um lugar de relevo às alterações climáticas no quadro da sua cooperação com África em matéria de Ciência e Tecnologia, tirando partido, em especial, dos gigantescos recursos em energias renováveis disponíveis no continente africano, nomeadamente, de energia solar.

Há também que dar *"uma ênfase especial às pesquisas sobre a SIDA realizadas nos países africanos, se tivermos em conta a importância especial dada às doenças negligenciadas no âmbito do 7.º Programa-Quadro de Investigação"*, acrescentam os deputados.

O PE defende o fomento da transferência de conhecimentos e tecnologias entre a União Europeia e África, a promoção de projectos de Investigação e Desenvolvimento vocacionados para a partilha de um conjunto coerente de novas acções tendentes à consecução de objectivos em prol do desenvolvimento sustentável, quer a curto, quer a longo prazo, bem como o correspondente desenvolvimento de políticas e recursos.

Os eurodeputados sublinham ainda a necessidade de aumentar a participação dos cientistas africanos em projectos internacionais de cooperação em matéria de Investigação e Desenvolvimento, a fim de manter e aprofundar os recursos do continente africano neste domínio, designadamente, em sectores específicos, como os da alimentação, da saúde e da energia.

Consumidores

➤ **Mercadorias: PE aprova legislação para facilitar circulação e segurança no mercado**

O PE aprovou o "Pacote mercadorias", o qual integra dois regulamentos e uma decisão que visam facilitar o funcionamento do mercado interno dos bens, assegurando, ao mesmo tempo, que os produtos que entram e circulam no mercado sejam seguros. A nova legislação irá facilitar a venda de produtos noutros Estados-Membros, reforça a responsabilidade de produtores e importadores para que estes assegurem a segurança e a conformidade dos produtos e clarifica as medidas relativas à marcação CE.

O pacote legislativo, aprovado em primeira leitura graças a um compromisso alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho, tem por objectivo o reforço do funcionamento do mercado interno através de uma melhoria da livre circulação dos produtos.

A nova legislação estipula também os deveres dos fabricantes e dos importadores e o nível de protecção dos interesses públicos.

Marcação CE

A marcação CE é a única *"marcação de conformidade"* que atesta a conformidade do produto com os requisitos aplicáveis da legislação comunitária de harmonização, sendo proibido apor num produto marcações, sinais e inscrições susceptíveis de induzir terceiros em erro quanto ao significado ou ao grafismo, ou a ambos, da marcação CE. Todavia, podem ser utilizadas outras marcações *"se contribuem para melhorar a protecção dos consumidores e não estão contempladas pela legislação comunitária de harmonização"*.

Para o Parlamento Europeu, é crucial que tanto fabricantes como utilizadores estejam cientes de que, com a aposição da marcação CE ao produto, o fabricante declara que esse produto é conforme a todos os requisitos aplicáveis, *"assumindo por ele total responsabilidade"*.

Caberá aos Estados Membros assegurar a correcta aplicação do regime que rege a marcação CE e agir judicialmente em caso de *"utilização indevida"*. As penalizações poderão incluir sanções criminais por infracções graves.

Para uma maior sensibilização em relação à marcação CE, a Comissão deverá lançar uma campanha de informação destinada principalmente aos operadores económicos, às organizações de consumidores, às organizações sectoriais e ao pessoal de vendas, os quais constituem os melhores canais para transmitir tal informação aos consumidores.

Comercialização de produtos noutros Estados-Membros

O regulamento que estabelece procedimentos para a aplicação de certas regras técnicas nacionais a produtos legalmente comercializados noutro Estado-Membro aplicar-se-á a produtos que não são objecto de harmonização a nível comunitário (75% dos produtos são harmonizados e 25% não harmonizados), visando uma aplicação mais correcta do princípio do reconhecimento mútuo.

A ausência destes procedimentos levanta obstáculos adicionais à livre circulação de mercadorias, uma vez que desencoraja as empresas de vender os seus produtos – legalmente comercializados – no território do Estado-Membro que estabelece as regras técnicas.

Na ausência de harmonização, as autoridades competentes criam por vezes ilegalmente obstáculos à livre circulação, em consequência da aplicação de regras que estabelecem os requisitos a satisfazer por esses produtos – nomeadamente no que respeita à designação, forma, dimensão, peso, composição, apresentação, rotulagem e embalagem –, prática contrária ao Tratado.

Os inquéritos levados a cabo revelaram que muitas empresas – em particular, Pequenas e Médias Empresas (PME) – têm de adaptar os seus produtos para que estes cumpram as regras técnicas de determinado Estado-Membro ou se absterem de os comercializar nesse Estado.

Foi, por isso, necessário estabelecer procedimentos para reduzir a possibilidade de essas regras técnicas levantarem obstáculos ilegais à livre circulação de mercadorias na UE.

Christel SCHALDEMOSE (PSE, DK)

Relatora

Alexander STUBB (PPE/DE, FI)

Relator

André BRIE (CEUE/EVN, DE)

Relator

Política de Emprego

➤ Respostas da Europa às mutações demográficas

No relatório aprovado no Parlamento Europeu sobre o futuro demográfico da Europa, os eurodeputados propõem, entre várias medidas, que se reduza quanto antes o recurso às reformas antecipadas, que se prevejam bonificações da reforma em função do número de filhos criados e que os Estados-Membros lancem acções positivas de apoio aos pais, como, por exemplo, direitos suplementares de reforma ou benefícios fiscais para a criação de creches em empresas.

Há vários anos que o declínio da natalidade, associado ao aumento constante e regular da esperança de vida, traça, no horizonte de 2050, uma mutação profunda da estrutura da população e da pirâmide etária na União Europeia. Segundo as previsões, as transformações caracterizar-se-ão por um envelhecimento global da população, um declínio da população em idade activa e um aumento da taxa de dependência da terceira idade.

*"A União Europeia poderá ser então confrontada com uma perda de competitividade e a uma quebra no crescimento face a regiões do mundo onde se regista uma evolução demográfica significativa. O desequilíbrio demográfico teria também incidências notáveis no financiamento da protecção social e no equilíbrio dos regimes de reforma", sublinha a relatora da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do PE, Françoise **CASTEX** (PSE, FR).*

Entre as várias recomendações feitas no relatório, o Parlamento Europeu:

- propõe que se **reduza quanto antes o recurso às reformas antecipadas** e solicita aos Estados-Membros que promovam o papel dos trabalhadores seniores e incentivem o seu emprego; admite, contudo, que, para os trabalhadores idosos (que ultrapassarem a idade mínima de reforma) que não desejem continuar a trabalhar a tempo inteiro continuem a ser exploradas as experiências de tempo parcial, de regimes flexíveis, de teletrabalho e de partilha de postos de trabalho, pois "*podem constituir uma forma inovadora de entrar progressivamente na reforma, com menos stress*";
- incentiva os governos a facilitarem o acesso dos idosos ao **voluntariado** em troca de uma contribuição financeira;
- solicita à Comissão que proponha medidas específicas a fim de favorecer uma maior participação do pai na vida familiar, desenvolvendo o direito à **licença de paternidade**;
- incita os Estados-Membros a lançarem acções positivas de apoio aos pais, como, por exemplo, **direitos suplementares de reforma ou benefícios fiscais** para a criação de creches em empresas;
- solicita aos Estados-Membros que tomem medidas para que as interrupções da actividade profissional por maternidade e licença parental deixem de constituir uma penalização no cálculo do direito à reforma e insta-os a preverem **bonificações da reforma** em função do número de filhos criados e a reconhecerem o papel que as pessoas que prestam assistência desempenham na sociedade.

O desafio da imigração integrada

"O recurso à imigração constitui, e assim continuará, um dos factores demográficos da União e poderia constituir um contributo positivo dos pontos de vista económico, social e cultural", salienta o relatório. Nesta óptica, os eurodeputados apelam à Comissão, aos Estados-Membros e aos parceiros sociais para que "desenvolvam uma abordagem serena e racional da imigração susceptível de se opor às opiniões e atitudes xenófobas e racistas e promover a integração plena e efectiva dos migrantes na sociedade".

O PE salienta a "*urgência*" de melhorar a coordenação das políticas de imigração dos Estados-Membros, a fim de garantir uma melhor integração dos imigrantes na sociedade e na economia formal, garantir a sua segurança jurídica e social, "*incluindo o direito à reforma*", e convida os Estados-Membros a aplicarem sanções aos empregadores que contratem e/ou explorem trabalhadores em situação irregular.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Ilda **FIGUEIREDO**, em nome do Grupo CEUE/EVN: *"É certo que há alterações demográficas da população dos Estados-Membros da União Europeia que importa ter em conta, mas, na análise que se faz, não basta referir que se assiste a um declínio da natalidade e a um envelhecimento da população. É preciso aprofundar a análise, procurar as causas e apontar medidas que não ponham em causa o progresso da humanidade e os ganhos civilizacionais entretanto obtidos.*

Assim, é preciso não pôr em causa os avanços que se conseguiram com o progresso científico, que foi aplicado à melhoria das condições de vida das populações, em termos de prevenção e de melhores cuidados de saúde, de alimentação, de alojamento e de redução da jornada de trabalho, de apoio à maternidade e paternidade e à infância, o que permitiu aumentos constantes e regulares da esperança de vida.

Para isso contribuiu de forma decisiva a existência de políticas públicas em áreas sociais fundamentais, com destaque para serviços públicos de acesso universal, designadamente nas áreas da saúde e educação. Mas teve igualmente grande importância a consagração legal de conquistas dos trabalhadores na organização e no tempo de trabalho, na melhoria das condições de higiene e segurança nos locais de trabalho, nos ganhos relativos a tempos de pausa e de férias, nos salários dignos e nos vínculos laborais seguros.

Só que, com a intensificação do neoliberalismo, de que a Estratégia de Lisboa, o Pacto de

Estabilidade e as orientações do Banco Central Europeu são instrumentos essenciais, liberalizaram e privatizaram serviços públicos, multiplicaram o trabalho precário, que afecta sobretudo as mulheres. Com o prolongamento da idade para ter acesso às reformas, dificulta-se ainda mais o acesso dos jovens ao emprego com direitos, a que se juntam maiores dificuldades no acesso universal a serviços públicos e a um alojamento condigno.

Tudo isto tende a baixar a taxa de natalidade. Daí a urgência em mudar de políticas. Daí a necessidade de substituir a dita Estratégia de Lisboa por uma Estratégia Europeia para a Solidariedade e o Desenvolvimento Sustentável, que rasgue novos horizontes para a Europa, de empregos dignos com direitos, designadamente para as mulheres e jovens, de redução da jornada de trabalho sem perda de remuneração, de melhores salários, eliminando as discriminações, designadamente salariais, que afectam as mulheres, de maior coesão económica e social, de adequada protecção e de segurança social pública e universal, assegurando melhor qualidade de vida e maior justiça social.

Daí a urgência em apostar na criação de mais e melhores infra-estruturas de acolhimento, a preços acessíveis, para a pequena infância e para pessoas dependentes, da generalização da educação pré-escolar, pública e gratuita, de forma a promover boas condições de trabalho que permitam conciliar melhor a vida familiar com a vida profissional, o que também exige estabilidade no emprego e nos horários de trabalho, respeitando a função social da maternidade e da paternidade.

Daí também a necessidade de um maior orçamento para reforço dos meios financeiros necessários para os países com menores níveis de desenvolvimento e a urgência de todos os Estados-Membros ratificarem e aplicarem a Convenção da ONU sobre reagrupamento familiar dos trabalhadores imigrantes".

José Albino **SILVA PENEDA** (PPE/DE): *"Uma vida mais longa e níveis de fecundidade cada vez mais reduzidos fazem com que o índice europeu de dependência demográfica total passe dos actuais 49% para 59% em 2025 e para 77% em 2050.*

A União Europeia vê-se assim confrontada com um problema que não tem precedentes, já que as cidades europeias terão no futuro um peso muito elevado de população idosa e, por isso, serão sociedades muito diferentes daquelas que hoje conhecemos. Esta evolução vai obrigar a profundas alterações em importantes aspectos das políticas públicas. Para além da segurança social, podemos pensar nos serviços de saúde e de cuidados, da política fiscal, do ordenamento do território, da imigração, da segurança, da cultura, do turismo, do lazer, etc.

O financiamento do sistema de reformas terá também de ser repensado, no sentido de não vir a ser baseado predominantemente pelo Estado, e ainda assim, neste caso, das receitas não terem como fonte quase exclusiva os salários.

A evolução demográfica, dada a sua abrangência, aconselha uma intersecção da Administração Pública e do tecido social, bem como a mobilização de todos os agentes económicos, culturais e sociais, que, de forma estruturada, devem analisar e debater as diferentes opções sobre as medidas a tomar. Daí o mérito deste relatório.

Mais uma vez estamos perante uma área onde o reforço do diálogo social se mostra necessário, urgente e até insubstituível. Queria afirmar que apoio a Comissão quando esta afirma que o fomento da natalidade, pela sua urgência e amplitude, implica a definição de uma estratégia de longo prazo. Só desta forma se poderá agir de forma preventiva e, simultaneamente, contribuir para que a União Europeia possa tirar partido das oportunidades que também se detectam numa política de fomento da natalidade".

Joel **HASSE FERREIRA** (PSE): *"A questão do futuro demográfico da Europa tem merecido uma significativa atenção deste Parlamento. Eu próprio já promovi, em Lisboa, em colaboração com a minha colega Edite ESTRELA, uma audição pública sobre demografia e solidariedade entre gerações aquando do debate do relatório BUSHILL-MATTHEWS. O relatório de Françoise CASTEX, cujo trabalho eu saúdo, insere-se numa perspectiva mais alargada, a do futuro demográfico da Europa.*

Os desafios da solidariedade não são só entre gerações, são também entre regiões, abrangem a integração dos imigrantes, as políticas de recursos humanos e, naturalmente, o desafio da renovação demográfica. Essa renovação demográfica implica a consideração da importância dos serviços de

acolhimento das crianças, os quais facilitam também a melhor integração dos pais nos mercados de trabalho e contribuem para o combate à pobreza, nomeadamente das famílias monoparentais.

Mas é também importante termos em conta que uma parte dos objectivos oportunamente estabelecidos em Barcelona, neste domínio e noutros, não estão ainda cumpridos em diversos países, e sublinharia a maior participação das mulheres na vida activa e o apoio ao emprego dos cidadãos com mais de 55 anos. Também do ponto de vista fiscal é importante que os Estados-Membros ponderem a possibilidade de promoverem medidas efectivas para incentivar o aumento da natalidade, para que se reduzam os constrangimentos financeiros na opção por ter mais filhos.

Sejamos claros, é importante ainda que os trabalhadores possam, querendo, prolongar a sua vida activa no enquadramento legal existente em cada Estado-Membro, mas deve-se obviamente assegurar o direito à idade legal da reforma. E, naturalmente, o avanço no sentido da maior sustentabilidade dos sistemas de segurança social é imprescindível. O futuro da Europa em termos populacionais tem muito a ver com a imigração vinda do Sul, pelo que os sistemas educativos têm que ter em conta as necessidades dos imigrantes e das suas famílias para que se possam sentir felizes e realizados nos diversos Estados-Membros da União. A concluir diria: o futuro demográfico da Europa passa também por nós, pelo Parlamento Europeu. Estou certo de que estaremos à altura das nossas responsabilidades".

Edite **ESTRELA** (PSE): "Começo por felicitar a relatora Françoise CASTEX pelo excelente trabalho. As alterações demográficas são um grande desafio para a Europa. Há cem anos, a população da Europa representava 15% da população mundial. Em 2050 deverá representar apenas 5%. Na União Europeia cada mulher tem, em média, 1,5 filhos, um número inferior aos 2,1 filhos necessários para a reposição da população. A situação é grave e vai ter consequências negativas na economia, nos sistemas de segurança social e na própria composição da sociedade.

É por isso necessário tomar medidas como as que foram recentemente adoptadas em Portugal: investimento de mais de 100 milhões de euros na cobertura do país com creches e jardins de infância, indo além das metas da Estratégia de Lisboa, atribuição de subsídio pré-natal às mulheres grávidas mais carenciadas, abono de família para os filhos dos imigrantes, alargamento da licença de maternidade, aumento em 20% do abono de família para as famílias monoparentais, benefícios fiscais para as empresas que instalem ou subsidiem as creches para os seus funcionários, criação do subsídio social de maternidade, apoio público à procriação medicamente assistida. São bons exemplos para outros países".

Françoise CASTEX (PSE, FR)

Relatora

Política Regional

➤ Relatório sobre a coesão económica e social

O PE congratula-se pela **"recuperação considerável registada nos antigos países da coesão"** – Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda – **"cuja taxa de crescimento foi, de facto, impressionante no período de 2000-2006"**. No entanto, no relatório aprovado em plenário a 21 de Fevereiro, os eurodeputados recordam que, **"não obstante o seu crescimento, persistem importantes desequilíbrios entre as suas regiões e problemas estruturais profundos por solucionar"**.

Os eurodeputados exprimem a sua preocupação pelo facto de **"a convergência entre os países encobrir muito frequentemente o agravamento das disparidades entre as regiões e no interior destas"**. Este agravamento das disparidades regionais e locais "é observável em vários aspectos, em termos de emprego, de produtividade, de rendimentos, de níveis de educação e de capacidade de inovação".

O PE reclama que a Estratégia de Lisboa seja **"ampliada"** de forma a abranger a dimensão territorial, **"permitindo assim que se tenham em consideração as características específicas das regiões"**, e

reitera o seu forte apoio à *"Iniciativa europeia em matéria de transparência"* lançada pela Comissão, que identificará os beneficiários de financiamentos estruturais a partir de 2008.

Aposta na inovação

Para o período de programação de 2007-2013, o sistema de afectação das dotações orientará 64% dos recursos do Objectivo 1 (Convergência) e 80% dos do Objectivo 2 (Competitividade regional e emprego) para despesas de inovação, ou seja, 55 mil milhões de euros a mais relativamente ao período anterior.

O relatório sublinha que *"a utilização destas dotações depende da capacidade das regiões menos desenvolvidas para gerirem projectos de investigação, desenvolvimento e inovação em termos quantitativos e qualitativos suficientes para as absorver completamente sem que acabem por ser reorientadas para investimentos de reduzido valor"*.

A manutenção da política de coesão após 2013 constitui, segundo o PE, uma *"resposta adequada"* aos novos desafios, devendo ser aplicada de *"forma diferenciada"* ao conjunto do território da União. Os eurodeputados consideram que *"a política de coesão deve continuar a ser uma política comunitária"*, em conformidade com o disposto no Tratado e o princípio da solidariedade, e rejeitam todas as *"tentativas de renacionalização desta política"*.

As dificuldades da insularidade

Os deputados manifestam *"grande surpresa"* perante a declaração da Comissão Europeia contida no quarto relatório sobre a coesão, segundo a qual *"a insularidade não parece constituir, em si mesma, um importante obstáculo ao desenvolvimento"*. Os parlamentares sublinham *"a forte desilusão dos habitantes das regiões insulares face a tal declaração, atendendo a que diariamente são confrontados com as consequências negativas e as dificuldades da insularidade"*.

O PE refere, em especial, que as questões do aprovisionamento energético e da subida dos preços da energia podem ter incidências espaciais de grande amplitude nas regiões ultraperiféricas, devido à sua dependência dos transportes, que são *"muito sensíveis"* ao custo da energia.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Sérgio **MARQUES** (PPE/DE): *"Em primeiro lugar, uma palavra para o excelente trabalho realizado pelo colega GUELLEC e para a forma inteligente e determinada como realçou e defendeu a valorização e o reforço após 2013 de uma política de solidariedade para com as regiões europeias."*

Na verdade, com este relatório, mais do que a avaliação sobre o impacto da política de coesão nos anos 2000-2006, abrimos o debate sobre que política de coesão queremos para o pós-2013. Assim, em consonância, deixo uma nota sobre o presente e três sobre o futuro.

Uma primeira nota para referir que, tal como o quarto relatório demonstra, a política de coesão continua a revelar-se essencial para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões mais desfavorecidas, ou seja, para produzirmos uma União Europeia mais harmoniosa, solidária e viável. Mas é bom não esquecermos que, para além deste objectivo essencial, a política de coesão tem contribuído decisivamente quer para a realização e aprofundamento do mercado interno, quer para o sucesso dos sucessivos alargamentos, quer para a criação e consolidação da moeda única, quer para uma crescente identificação dos cidadãos com a União Europeia.

Uma segunda nota para referir que a política de coesão tem agora que renovar o seu papel, enriquecida e reforçada pela nova dimensão da coesão territorial consagrada no Tratado de Lisboa, valorizando a diversidade e a complementaridade dos territórios e apostando decididamente num desenvolvimento policêntrico da União Europeia. O relatório da Sra. KALLENBACH, a quem também felicito, dá-nos boas pistas neste sentido.

Uma terceira nota para referir que a política de coesão tem de, cada vez mais, enquadrar e responder aos desafios, como são aqueles representados pela globalização, migrações, envelhecimento demográfico, alterações climáticas, diversificação energética, investigação e desenvolvimento tecnológico. Daí ser coerente falar em meios acrescidos para uma política regional reforçada.

Por último, uma perspectiva renovada para as regiões ultraperiféricas será necessária, de modo a garantir que estas possam continuar a sentir-se confortáveis no espaço europeu. Será imperioso encontrar novas respostas para problemas sérios, como o isolamento e o défice de acessibilidade e as desvantagens competitivas a que estas regiões têm de fazer face"

Pedro GUERREIRO, relator de parecer da Comissão das Pescas e em nome do Grupo CEUE/EVN: *"Início esta intervenção lamentando que a Comissão do Desenvolvimento Regional não tenha integrado nenhuma das propostas que a Comissão das Pescas propôs relativamente ao quarto relatório sobre a coesão. Propostas que reiteram, por exemplo, o contributo do sector das pescas para a situação socioeconómica de comunidades piscatórias em regiões de convergência ou que sofrem de desvantagens geográficas ou naturais permanentes, como as regiões ultraperiféricas, mas igualmente comunidades piscatórias pobres, inseridas em regiões prósperas, ou ainda que lamentam que o montante financeiro do Fundo Europeu das Pescas, numa União Europeia a 27, não difira significativamente do orçamentado para o IFOP numa União Europeia a 15, sublinhando que o FEP deverá ser financeiramente reforçado. Daí ter reapresentado duas propostas de alteração em sessão plenária que visam sublinhar a importância da política estrutural das pescas para a coesão económica e social. Sobre uma questão tão importante como o futuro da política de coesão ao nível da União Europeia, apenas sublinhámos alguns dos princípios fundamentais que pensamos deveriam nortear tal debate.*

Primeiro, a política regional é um instrumento indispensável para a promoção da acalentada coesão económica e social, política estrutural que deverá ter como primeiro e principal objectivo, aliás como já aqui foi afirmado, a redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e do atraso das regiões mais desfavorecidas, a promoção da convergência real e o estímulo do crescimento e do emprego, devendo ser, por isso mesmo, um instrumento de redistribuição e de pretendida compensação para os acrescidos custos do mercado único, da União Económica e Monetária e da liberalização do comércio internacional para os países e regiões menos desenvolvidas da União Europeia. Segundo, a política de coesão e os meios financeiros que lhe estão associados deverão ser utilizados para a promoção de projectos de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial, pelo que não deverão estar subordinados a uma política que tenha como prioridade e dogma a concorrência, a desregulamentação ou a dita adaptabilidade e empreendedorismo que são prioridades da Estratégia de Lisboa. Isto é, consideramos que a denominada competitividade não deve ser um sucedâneo para a convergência nos Estados-Membros e nas regiões que enfrentam um atraso no seu desenvolvimento socioeconómico. Terceiro, os actuais recursos financeiros comunitários para a política de coesão são insuficientes para responder às necessidades de uma convergência real, às disparidades regionais, aos elevados níveis de desemprego, às desigualdades de rendimento e à pobreza na União Europeia, pelo que reiteramos a necessidade do aumento do orçamento comunitário, tendo como objectivo central e primordial a promoção da coesão económica e social ao nível da União Europeia".

Emanuel Jardim FERNANDES (PSE): *"Gostaria antes de mais de felicitar o relator e a relatora-sombra do meu Grupo, os colegas Ambroise GUELLEC e IRATXE GARCÍA, pela qualidade do relatório e abertura ao diálogo no sentido da coesão. Reconhece o relatório, e bem, o enorme esforço feito (designadamente em Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda) no sentido do crescimento e da convergência. Haverá, no entanto, que continuar e aprofundar, visando os Estados mais carentes da solidariedade e coesão, mas também algumas das regiões daqueles Estados, até porque o processo de avaliação de riqueza não poderá ficar dependente apenas do PIB, terá de ser alargado a outros critérios. Nesse sentido, apresentei contributos que visam reconhecer claramente a insularidade e a ultraperiferia como instrumentos constrangedores do desenvolvimento e, designadamente, de acordo com o artigo 299.º, n.º 2, do Tratado, e como disse a Sra. Comissária HÜBNER, os problemas da acessibilidade são um dos maiores entraves ao seu desenvolvimento, pelo que importa adaptar as políticas comunitárias por forma a ter em conta este constrangimento decorrente da insularidade e da ultraperiferia".*

Jamila MADEIRA (PSE): *"A política de coesão, uma política comunitária por excelência, tem um papel primordial na afirmação de uma Europa solidária, próxima dos cidadãos, de todos e para todos. Esta é a manifestação clara da importância da União no dia-a-dia de cada um dos cidadãos europeus. O alargamento a 27 trouxe alterações na natureza, e as metas a que a Europa agora se propõe são diferentes daquelas que estiveram na sua génese. Os desafios a que agora devemos responder, como a globalização, o decréscimo demográfico, a desertificação de certas regiões ou as alterações climáticas, conjugadas com o aumento da frequência e dimensão das catástrofes naturais, são muito*

mais exigentes e exigem um maior esforço da nossa parte. A inovação também impôs novas metas a esta política, que agora, embora com mais desafios e numa União maior, não viu a sua fatia orçamental aumentar proporcionalmente. Mas adaptou-se, adaptou-se em nome da solidariedade, o que levou a que, por exemplo, regiões que estavam antes no Objectivo 1 passassem a ser consideradas regiões ricas e não elegíveis devido ao efeito estatístico. É urgente, por isso, garantir que estreitamos as disparidades, tendo acesso a uma base orçamental adequada e sem necessidade de abandonar à sua sorte algumas regiões desta vasta União. A aprovação do Tratado de Lisboa reforçou isso mesmo, veio inscrever definitivamente nas tábuas da lei a coesão territorial, o que se reveste da maior importância em termos de política de coesão".

Ambroise GUELLEC (PPE/DE, FR)
Relator

Direitos do Homem

➤ **Timor-Leste: PE condena ataques e pede inquérito exaustivo**

No dia 21 de Fevereiro, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que condena "energicamente" os ataques perpetrados contra o presidente e o primeiro-ministro de Timor-Leste e pede a instauração de um inquérito "exaustivo" para averiguar o "possível golpe de Estado e incapacidade do sistema de segurança" do país. Os eurodeputados querem ainda enviar uma delegação parlamentar ao território para reavaliar a situação política.

Na resolução, os eurodeputados instam todas as partes em Timor-Leste a *"absterem-se de todo e qualquer acto de violência, a encetarem um diálogo e a participarem no processo democrático dentro do quadro jurídico e constitucional"*.

O Parlamento Europeu *"exprime a sua inquietação no que respeita à imagem de impunidade e de desprezo do Estado de direito que pode ter sido transmitida, com o objectivo de promover a reconciliação nacional, pela atitude ambígua das autoridades timorenses, da MINUT (Missão das Nações Unidas em Timor-Leste) e das forças de segurança internacionais em relação às pessoas que devem responder judicialmente pelos seus actos"*.

Neste contexto, o PE pede a instauração de um *"inquérito exaustivo"*, com apoio internacional, com o objectivo de *"proceder a averiguações completas sobre o presumível golpe de Estado e a incapacidade do sistema de segurança do país para processar judicialmente os autores dos ataques em causa"*.

Os eurodeputados solicitam ainda ao Conselho e à Comissão que *"exerçam pressão sobre as autoridades de Timor-Leste e à MINUT no sentido de que proibam, dissolvam e desarmem os grupos paramilitares, os bandos armados e os grupos civis armados"*.

Considerando o *"frágil e politizado"* sector de segurança timorense, o PE pede um maior apoio das instituições internacionais ao país para a reforma deste sector, solicita à Comissão que acelere e conclua a instalação de uma delegação plenamente operacional em Dili e recomenda o envio de uma delegação parlamentar *ad hoc* a Timor-Leste para reavaliar a situação política.

Os eurodeputados consideram que os ataques perpetrados contra o presidente timorense, José Ramos Horta, e o primeiro-ministro, Xanana Gusmão, constituem ainda *"sequelas dos acontecimentos de Abril de 2006"*, altura em que a desmobilização de cerca de 600 soldados em Timor-Leste deu origem a uma *"crise muito grave no sector da segurança no país"*.

O PE salienta que, apesar da realização de eleições presidenciais e legislativas livres e pacíficas, persistiu a instabilidade política em Timor-Leste, *"que se deveu, em grande parte, ao desprezo pelo Estado de direito por parte dos líderes das tropas desmobilizadas, comandadas pelo antigo major Alfredo Reinaldo"*.

Os eurodeputados constataam ainda a *"ausência de uma resposta pronta e adequada por parte da UNIPOL (polícia da ONU) e das outras forças internacionais aos ataques de 11 de Fevereiro de 2008,*

exceptuando a intervenção eficaz dos elementos da GNR (Guarda Nacional Republicana) de Portugal, quando foram solicitados".

O PE sublinha também a "má" situação da economia de Timor-Leste, apesar das receitas provenientes do petróleo, país onde 40% da população vive abaixo do limiar da pobreza, incluindo 60% de jovens com 18 anos de idade ou menos, o desemprego ronda os 80% e os índices de analfabetismo são elevados, *"criando condições sociais muito instáveis e aumentando os riscos de agitação civil"*.

Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

Carlos **COELHO** (PPE/DE): *"Quero apoiar a resolução comum que condena os atentados, quero também felicitar as instituições do Estado de Timor pela serenidade com que responderam à tragédia e quero sublinhar, como já o fizeram os deputados Ana GOMES e RIBEIRO E CASTRO, que Timor não é um Estado falhado.*

É um Estado que precisa da ajuda internacional, precisa que haja uma delegação da Comissão Europeia em Timor, precisa que a missão da ONU seja prorrogada e precisa de nós todos, que apoiamos todas as iniciativas que possam promover a unidade dos timorenses, no respeito pela lei e condenando toda a violência".

Ana **GOMES** (PSE): *"Em representação dos socialistas, queria expressar também a nossa solidariedade para com o povo de Timor-Leste e a nossa condenação firme dos bárbaros ataques contra o presidente e o primeiro-ministro de Timor-Leste, instituições democraticamente eleitas. Queria também pedir uma investigação independente, como é solicitado na resolução que temos diante de nós e que apoiamos, para se verificar quem atacou, o que representava e o que é que falhou no dispositivo de segurança de Timor-Leste, timorense e, sobretudo, internacional. Eu penso que este episódio revela que a comunidade internacional tem que fazer um esforço suplementar para reforçar as instituições do Estado em Timor-Leste e, designadamente, para reformar o aparelho de segurança, que se tinha visto já também ser posto em causa na crise de 2006.*

Também as questões relacionadas com a justiça, com o cumprimento da justiça, da lei e da ordem são essenciais, e, neste contexto, devo dizer como os esforços de reconciliação nacional para com grupos rebeldes podem ter dado um sinal negativo, contraproducente, de impunidade que lançou os rebeldes neste miserável ataque. Timor-Leste não é um Estado falhado, não tem nada a ver com a Somália, como há bocadinho queria fazer associação o colega ONYSZKIEWICZ. Timor-Leste conseguiu a sua independência heroicamente contra o silêncio da comunidade internacional, e o povo timorense já demonstrou diversas vezes que está empenhado na via democrática. Demonstrou-o de forma mais uma vez exemplar nas eleições presidenciais e legislativas que tiveram lugar no ano passado e em que eu tive a honra de chefiar a missão deste Parlamento. Há uma responsabilidade da comunidade internacional agora, que tem de se verificar no apoio a Timor-Leste, na coordenação desse apoio, que falhou claramente no dispositivo de segurança, na resolução das questões essenciais de estruturação do Estado timorense. Do ponto de vista do que têm sido os sinais dados pelo povo timorense, sem dúvida, eles querem a democracia, eles querem o Estado de direito".

José **RIBEIRO E CASTRO** (PPE/DE): *"Há um poema de Ruy Cinatti que me veio à memória: Poderemos, talvez, ser derrotados ou combatidos, mas somente unidos. Infelizmente, a 11 de Fevereiro, a crise voltou a Timor-Leste, e de novo pelos mesmos peticionários, que já tinham sido responsáveis pela crise de há dois anos. Isso suscita-nos interrogações. O regresso de velhos conhecidos que prejudicam a estabilidade de um país e a gravidade de um atentado que atingiu – podia ter sido mortalmente – atingiu gravemente o presidente da República, José Ramos Horta, e atingiu também, felizmente sem consequências pessoais, o primeiro-ministro Xanana Gusmão. A violência praticada e a perturbação do regular funcionamento das instituições põem uma vez mais a nu as carências de um país com a história e as circunstâncias de Timor, que lutou e luta corajosamente pela independência, pela democracia e pelo progresso.*

Quem o apoiou desde o princípio não pode deixar de sentir tristeza por mais este incidente, que nós condenamos com veemência, desejando a completa recuperação do presidente Ramos Horta, a investigação rigorosa daquilo que se passou e a resposta, finalmente, àquilo que faz falta. O que faz falta, desde logo nas forças internacionais, cuja actuação não foi tão pronta quanto desejável, com excepção da GNR portuguesa; as falhas evidentes no Estado de direito de Timor, que não está a

funcionar em pleno, que não funcionou em pleno e que precisa de reconstruir o coração do seu sistema de segurança por forma a garantir a ordem pública. A comunidade internacional deve assistir os timorenses nestes passos. Não se trata de um Estado falhado, trata-se de um Estado com carências, que nós temos que apoiar.

Mas a responsabilidade principal cabe, obviamente, aos próprios timorenses, que têm que ser capazes de definir um compromisso transpartidário de pacificação profunda, de respeito pelo Estado de direito, pelas decisões judiciais, sem hesitações, sem tergiversações nem complacências, e que têm sido capazes de se pôr de acordo naquilo a que chamamos pactos de regime quanto ao coração do funcionamento do Estado. É esse pacto de união que Ruy Cinatti chamava no seu poema, e essa é a mais sensível necessidade de Timor-Leste. Por isso, caros amigos, o que é indispensável é ajudarmos os timorenses a ajudarem-se e a tornarem cada vez mais forte o seu país".

Nota: Os textos são da responsabilidade do GEPSD e feitos com base na informação do Serviço de Imprensa português do Parlamento Europeu.
--